NOTÍCIAS AFRICANAS

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL — 19 A 25 DE ABRIL DE 1993

MOÇAMBIQUE

País sufocado dificulta avanço da economia de mercado

Diante das imensas dificuldades e carências, o ministro dos Transportes e Comunicações, Armando Émílio Guebuza – que para alguns é o mais poderoso ministro de Joaquim Chissano, enquanto para integrantes da Renamo representa a linha dura, racista, chauvinista e corrupta da Frelimo – reconhece que o investimento público é insuficiente para incrementar o desenvolvimento. Convoca, então, a iniciativa privada para tamanha empresa.

Os cincos maiores investidores na economia do país são, na ordem, Grã-Bretanha, África do Sul, Portugal, Estados Unidos, Holanda, Espanha e Brasil. Para o capital desses países, Moçambique abre oportunidades de investimento e exploração de matérias-primas, produtos industriais, minerais e agrícolas para exportação. O país apresenta outras potencialidades para o capitalismo: recursos energéticos, silvicultura, pesca, agricultura, transportes (principalmente o ferroportuário). Para o setor agrícola (a base da economia são culturas alimentares) não sabemos da existência de planos ou recursos que visem reestruturá-lo.

O quadro geral é catastrófico. A rede viária, transportes, educação, saúde estão em estado precário. Com as condições reinantes no país, a grande percentagem de jovens e desempregados torna conjunturalmente o preço da mão-de-obra extremamente baixo. Outro atrativo para o capital é a situação geográfica. Seus portos e estradas-de-ferro constituem um complexo de comunicações estratégico e regionalmente importantíssimo: o corredor da Beira, entre o Zimbábue e o Oceano Índico; o corredor de Nacala, imprescindível para o Malawi; e o corredor de Limpopo, interligando Maputo à fronteira da África do Sul.

A economia moçambicana sobrevive anemicamente. O processo de acumulação de capital é inconsistente e largamente baseado no jogo de influências, na apropriação sem escrúpulo dos meios do Estado (e das empresas estatais) e da super-exploração da mão-de-obra. A classe capitalista é bastante dependente de políticas protetoras e de crédito. O desemprego abrange cerca de 50% da população economicamente ativa (que é predominantemente rural). A fração de consumidores talvez se limite em um quinto dos 16 milhões de habitantes. Destes, a maioria sofre e aguarda a ajuda externa a fundo perdido para programas que aliviem a miséria imediata. Submetido às diretrizes do FMI, Banco Mundial e às necessárias ajudas internacionais, o país mergulha para o futuro com as mãos e pés atados à economia de mercado.

Para os verdadeiros gestores da economia moçambicana o fundamental é que haja o saneamento financeiro, o incremento das exportações, a abertura ao capital internacional, a redução do desequilíbrio da balança de pagamentos, a desvalorização da moeda, a liberalização dos preços, as reduções da intervenção do Estado na economia, da despesa pública e do número de empregos no setor público. Esses objetivos, que demarcam a vitória das "leis do mercado" sobre o "planejamento", tiveram início com medidas concretas a partir do PRE (Programa de Recuperação Econômica, 1987-1989).

O PRE dinamizou a produção agrícola e industrial e os transportes. Mas também agravou o déficit da balança de pagamentos, a pobreza, o desemprego e o funcionamento dos setores da saúde e da educação. Hoje, cerca de 2/3 da população podem estar próximos da pobreza absoluta. O Programa de Recuperação Econômica e Social, lançado em 1989, busca amenizar os efeitos socialmente catastróficos das medidas de reajustamento estrutural. Mas, as linhas gerais de liberalização da economia continuam produzindo alguns êxitos setoriais e crescente diferenciação social.

Nesse quadro, as cidades produzem situações explosivas em termos demográficos, sociais e criminais. São espaços que mais e freqüentemente absorvem camponeses, operários repatriados, desempregados, desmobilizados e mutilados de guerra. Parte dos milhões de refugiados tendem a regressar "absolutamente sem nada" em busca de reintegração. E muitos pensam que terão maior proteção nas cidades.

Nessas condições, o mercado interno se constitui violenta e precariamente. O capital comercial parece ter primazia sobre o capital industrial. É, portanto, mais fácil e lucrativo "vender produtos do que constituir empresas e fabricar localmente". Assim, assiste-se ao surgimento de vários contrastes: garotos suplicantes de esmolas e a proliferação da mania dos carros de luxo.

Edson Borges

Corrupção leva a motim

Apesar de não haver grandes violações do cessar-fogo, cada vez mais a presença dos "capacetes azuis" se torna indispensável. A desmobilização e o acantonamento de cerca de 85 mil combatentes do governo e 15 mil da Renamo serão um enorme passo para se estabelecer um calendário mais compatível com a realidade do país. Depois, somente com a formação do exército único poderão ser realizadas as eleições gerais.

O que alimenta expectativas é que há grande descontentamento no seio do exército regular. Há algumas semanas o motim de cerca de 1.200 militares desmobilizados reivindicando pagamentos atrasados, roupa civil, garantias de emprego, apoio para estudarem e se reintegrarem deixou claro que também estão revoltados com as atuais autoridades. No fundo, a falta de pagamentos salariais dos militares e de subsídios para os desmobilizados pode ser devido a verbas que desde alguns anos estavam sendo desviadas. A corrupção e a falta de recursos é crescente no país. Por sua vez, para a devida aplicação das cláusulas do acordo de paz, passando pela constituição do frágil quadro pluripartidário e pelo avanço voraz da economia de mercado, dólares e meticais são necessários para tudo.

NESTA EDIÇÃO

ÁFRICA:
- **O ano da esperança perdida (Pág. 3)**
- **"Mister África" (Pág. 4)**

MOÇAMBIQUE:
- **'Acordo secreto' perturba Moçambique (Pág. 4)**
- **À procura do motor de arranque (Pág. 5)**
- **Entrevista com Armando Guebuza (Pág. 7)**
- **Desmobilizados amotinam-se (Pág. 8)**

ÁFRICA DO SUL:
- **Bophuthatswana diz não (Pág. 8)**
- **Protesto volta a conflagrar África do Sul (Pág. 9)**
- **Sul-africanos querem apressar a transição (Pág. 9)**

ANGOLA:
- **Angola volta a Abidjan (Pág. 10)**
- **Entrevista de Carlos Morgado (Pág. 11)**

GUINÉ-BISSAU:
- **Novo tiroteio em Bissau (Pág. 4)**

ÁFRICA DO SUL

Atentado aponta para radicalização e aprofunda crise

Antecipação imediata das eleições previstas para o próximo ano: essa é a proposta do ANC para superar o caudal de violência provocado pelo assassinato do líder Chris Hani. Vários sul-africanos já morreram e muitos outros saíram feridos nas manifestações de protesto contra o atentado. O quadro é desolador e aponta o aparente esgotamento das opções pacíficas na África do Sul. O aprofundamento da crise tem como efeito imediato a interrupção das negociações visando à definição do calendário da transição política. Exatamente no momento em que as reuniões teriam efeito deliberativo, aconteceu o atentado.

A proposta do ANC, se significa abandonar o gradualismo defendido pelo governo De Klerk, parece ser a única capaz de evitar o inteiro colapso da África do Sul. É necessário salientar a coerência do ANC. Mesmo nas negociações de paz, essa proposta já era defendida. No entanto, tanto antes quanto agora, a receptividade não tem sido muito grande, pois é generalizado o temor do cacife eleitoral do ANC. Todas as pesquisas realizadas apontam a vitória esmagadora de Mandela: inegavelmente, o contexto atual, no qual impera o mais absoluto acirramento, favorece amplamente o ANC na eventualidade de uma disputa eleitoral.

O atentado. São comuns as especulações acerca de como foi articulado o atentado. Alguns acreditam numa ação organizada da extrema-direita, com o apoio do partido conservador. Outros crêem na ação isolada do assassino. Na verdade, o atentado é um indicador de como se processa a vida política na África do Sul. É típico no país a utilização de métodos violentos. A violência é banalizada ao extremo, integra o cotidiano da política sul-africana. Podemos considerá-la um legado – pérfido – do período em que o *apartheid* era institucionalmente aplicado.

Para o ANC, o momento é delicado, de difícil gestão. A movimentação de suas bases aponta para a radicalização. A postura moderada até agora esposada pela cúpula do ANC é incompatível com a violência empregada pelos seus seguidores. É importante para a África do Sul a manutenção da capacidade de arregimentação e controle exercida pelo ANC sobre os seus adeptos. Para preservá-la, é necessário existir harmonia entre base e cúpula. Portanto, é quase inevitável uma radicalização do discurso dos dirigentes do ANC.

Os aspectos políticos da crise. A crise política experimentada pela África do Sul é encarada pela quase totalidade dos analistas como resultado das divisões raciais existentes no país. Por outras palavras, a crise política é pensada sempre na perspectiva da oposição brancos e negros. A causa dos confrontos seria a vigência de uma ordem social absolutamente iníqua para com os negros: o *apartheid*. Este, admite-se, foi paulatinamente demolido com o advento do governo De Klerk. No entanto, o desenho político atual do país é compreendido como diretamente marcado pelo regime segregacionista do *apartheid*. Dessa forma, verifica-se ainda a manutenção de um governo de minoria branca. Enfim, todos os ingredientes assinalam uma sociedade cujo eixo refere unicamente a questão racial.

Tal tipo de análise ignora alguns aspectos importantes da crise sul-africana, os quais sugerem que ela não se explica tão-somente pelos fatores raciais. A evolução da crise na África do Sul mostra a população negra da etnia xhosa dividida entre as opções políticas representadas pelo ANC e PAC. Ora, é sabido, o PAC significa uma alternativa à esquerda do ANC. Portanto, existe uma variável política atuando.

Uma interpretação política, e não apenas racial, da crise sul-africana é verossímil. O que, evidentemente, não implica a necessária exclusão dos ingredientes raciais da crise.

Roquinaldo Amaral Ferreira

ANGOLA

O penoso processo das negociações

Reunidos desde 12 de abril em Abidjan, as delegações do governo e da Unita ainda não chegaram a um resultado concreto. O governo propõe um cessar-fogo duradouro, enquanto a Unita quer limitar a medida a uma simples trégua.

Foi muito louvada a atitude da delegação governamental de, num prazo de 24 horas, ter-se deslocado a Luanda e voltado com o apoio do presidente José Eduardo dos Santos ao prosseguimento das negociações. Isso porque, nessa altura, os militares das duas delegações admitiam interromper as negociações de paz para retomá-las em data posterior. Talvez para que cada um dos lados procurasse, nesse intervalo, novos trunfos de ações militares a serem colocados na balança das negociações.

Essa atitude da ação militar transparece sempre nas declarações do general João de Mattos, Chefe do Estado Maior das FAA, o exército governamental. Ainda no dia 8 passado, o general repetia que civis e militares deveriam se preparar "para uma guerra de longa duração". Essa frase, dita em plena fase de negociações, soou como demonstração de força e, em conseqüência, de pressão sobre a Unita para aceitar um cessar-fogo. Mais ainda: o "permanente" porta-voz do exército fez essa declaração na cerimônia de posse de vários generais em postos do Estado Maior, seis dos quais haviam abandonado a Unita.

No entanto, a primazia das ações de força não é do governo, mas da Unita. Ela é acusada do recrudescimento da guerra nesses últimos dias pelas ações levadas a cabo em três capitais de província – Luena, Kuíto e Menongue – e por ter alvejado duas aeronaves de organismos internacionais – uma do Alto Comissariado para os Refugiados e outra do Programa Alimentar Mundial –, o que lhe causou ainda mais sérias reprimendas diplomáticas.

Não houve vítimas nos dois acidentes mas aumentou ainda mais o descrédito da Unita quanto à sua posição em favor da paz. Entre os diplomatas que acompanham as negociações predomina a desilusão pela forma como a Unita tem mostrado "posições de inflexibilidade e algumas delas contraditórias" no decorrer da primeira semana de debates.

Apesar de tudo, o esforço de negociações prossegue. O representante americano, Jeffrey Davidow, tem sido o mais esforçado em procurar levar a Unita a posições conciliatórias. O chefe militar da delegação governamental, general Higino Carneiro, continua sendo o "porta-voz da paz" e afirmou que o governo acredita ainda na eficácia desse encontro. A revista britânica *The Economist* (17 de abril) resume o clima das negociações numa palavra: excelente.

José Maria Nunes Pereira

Gerald Bender à frente da política africana dos EUA

A recente nomeação do professor Gerald Bender para o cargo de subsecretário de Estado para África indica que o presidente Clinton pretende ter uma nova política para o continente. Ele se afastará assim da abordagem globalista típica da era Kissinger e adotada tanto pelo governo Reagan quanto pelo seu sucessor Bush.

Gerald Bender é um dos veteranos africanistas norte-americanos. No início dos anos 60, na primeira de mais de 20 viagens que fez a Angola, ele conseguiu contactar as pequenas estruturas clandestinas do MPLA em Luanda. Prosseguiu suas pesquisas e, quase 15 anos depois, publicou *Ângola sob o domínio português; mito e realidade* (tradução da editora portuguesa Sá da Costa), livro obrigatório para quem deseje compreender o singular processo histórico africano. Aí se encontra a análise mais desmanteladora que conhecemos do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre aplicado à África.

O conhecimento que Bender possui da complexa realidade angolana, refinado pelas relações pessoais que tem no país, fez dele um interlocutor privilegiado de várias instâncias administrativas de Washington, como a Comissão de Relações Exteriores do Senado e o Departamento de Estado, embora este não tenha seguido suas indicações, isentas de maniqueísmos, sobre a posição a tomar nos conflitos da África Austral.

Durante os últimos 15 anos temos acompanhado suas análises sobre Angola, na maior parte publicadas na revista *Foreigh Policy*, e chegamos a compartilhar de sua companhia quando, no início de agosto de 1983, Gerald Bender visitou pela primeira vez o CEAA, onde teve uma sessão de trabalho com os nossos pesquisadores que se prolongou por mais de seis horas.

A administração Clinton e sua política para a África terão muito a ganhar com a nomeação de Gerald Bender. Angola também, pois possivelmente nenhum norte-americano conheça tão bem o país e sua gente quanto ele.

(JMNP)

África: o ano da esperança perdida

PÚBLICO, 9 4 93

A evolução da economia mundial continua desfavorável a África. A quebra do crescimento, a ausência de progressos em relação à dívida externa e a desvalorização das matérias-primas entravaram as reformas internas do continente e os programas que acompanham estas reformas não beneficiaram de financiamentos adequados

Layashi Yaker*

O ANO de 1992 foi marcado, em alguns países africanos, por graves crises sociais e políticas.

Depois dos maus resultados de 1991, ano durante o qual a produção global aumentou apenas 1,9 por cento, esperava-se um claro relançamento económico em 1992. É agora quase certo que a produção não cresceu mais do que 2,1 por cento ao ano, em África, durante os dois primeiros anos deste decénio e que, com uma taxa de crescimento da população de cerca de 3,1 por cento, o rendimento «per capita» desceu cerca de 1 por cento ao ano, tal como sucedeu durante a década de 80.

O que este indicador macroeconómico negativo não mostra suficientemente é a deterioração profunda em numerosos domínios do sector social, que se manifesta em determinadas zonas de África: má nutrição e fome, migrações maciças das populações, mortes e mutilações causadas pela miséria, pela violência sob todas as formas e pelas guerras.

No conjunto, três factores negativos fundamentais nos domínios social, político e económico impediram a recuperação económica e social em 1992. São eles: 1) os efeitos das guerras civis e a instabilidade crónica da situação política num certo número de países africanos; 2) as catástrofes naturais, particularmente a seca na África Oriental e Austral; 3) a situação externa, marcada pela debilidade do relançamento económico nos países industrializados.

No domínio sócio-político, a situação preocupante da Somália merece uma menção especial. A guerra civil atroz em que este país se viu mergulhado desde a desintegração da sociedade em facções beligerantes provocou já numerosas vítimas, destruiu praticamente todas as instituições da sociedade civil e infligiu estragos consideráveis nas infra-estruturas construídas com muito custo desde a independência.

Noutros pontos, como a Libéria, Moçambique, Angola, Ruanda, Sul do Sudão e Serra Leoa, tiveram lugar violentos combates em 1992, embora a guerra civil em Moçambique pareça aproximar-se do fim graças ao acordo assinado recentemente em Roma pelas partes em conflito.

Em Angola, a perda de vidas humanas, a destruição das infra-estruturas físicas e a desagregação social atingiram um nível considerável. É urgente que o fim da guerra civil e o aparecimento de um governo estável permitam o renascimento deste país, graças a uma utilização adequada dos seus imensos recursos.

Na Libéria, registou-se novamente um recrudescimento dos combates e não há sinais que anunciem o fim da guerra civil, que continua a devastar este país desde meados de 1990.

Na África do Sul, a violência recomeçou ao ponto de entravar uma transferência tranquila do poder e a instituição de um governo da maioria, elementos tão importantes para a integração da economia sul-africana e para a economia da região.

As catástrofes naturais constituíram o segundo factor importante que influenciou a situação económica em 1992, particularmente a seca devastadora que afectou grande parte do Leste de África e da África Austral. Esta seca, que na África Austral é a pior jamais registada, atingiu o seu paroxismo no início de 1992 — ausência de chuva em dois anos consecutivos — tendo graves consequências na produção agrícola e agro-industrial e noutros domínios da actividade, como a produção de energia hidroeléctrica e a pesca.

Enfim, a evolução da economia mundial continua desfavorável ao desenvolvimento de África. A diminuição do crescimento global, a ausência de progressos significativos em relação à dívida externa e a descida dos preços das matérias-primas parecem ter entravado o processo de ajustamento e de reformas internas do continente, na medida em que grande número dos programas que acompanham estes processos não puderam beneficiar de financiamentos adequados.

Em consequência desta evolução, a procura de exportações africanas baixou consideravelmente, com descidas ainda mais importantes nos preços das matérias-primas. Segundo estimativas, o seu preço médio baixou 4 por cento em 1992, em relação a 1991. Os dados disponíveis indicam que o preço do petróleo, que aumentou entre Março e Junho e ainda, ligeiramente, em Setembro de 1992, quando atingiu uma média de 20,35 dólares por barril, ficou ao mesmo nível em Outubro e recomeçou a cair desde o início de Novembro. Calculados numa base anual, os preços do algodão, açúcar, minério de ferro e urânio baixaram igualmente em 1992.

Segundo o FMI, o fluxo líquido combinado de recursos financeiros para todas as sub-regiões de África, com excepção da África do Norte, não se alterou em 1992, permanecendo inferior a 20 mil milhões de dólares. Os recursos financeiros internacionais foram canalizados essencialmente para a Ásia e para as economias em transição da Europa de Leste e da ex-URSS.

Para a região africana, por outro lado, a relação entre a dívida e o valor total das exportações anuais da região, passou de 230 por cento no fim de 1991 para 237 por cento, enquanto o serviço da dívida absorve actualmente cerca de 31 por cento das exportações de bens e serviços. É provável que o encargo da dívida da região africana se venha a tornar ainda mais pesado nos próximos anos, tendo em conta as obrigações de uma dezena de países africanos fortemente endividados para com a ex-URSS. Continua a ser, em consequência, indispensável lançar uma nova iniciativa para abordar este problema fundamental para o futuro económico do continente.

Em geral, em 1992, a política macro-económica foi aplicada no quadro das restrições orçamentais e monetárias e da consolidação das reformas de estrutura iniciadas em anos anteriores.

Os esforços desenvolvidos para repor a estabilidade financeira levaram numerosos países a aplicar medidas de austeridade, por vezes draconianas. A importância das restrições orçamentais na região pode ser apreciada em função da diminuição dos défices orçamentais, que passaram de 12 por cento do PIB em 1987 para 5 por cento em 1991.

As despesas de equipamento, especialmente no sector social, continuaram a ser sujeitas a grandes reduções, agravando a sorte das populações respectivas. As reduções de efectivos nos serviços e empresas públicas agravaram o desemprego provocado pela estagnação económica e o crescimento contínuo e rápido da população, com sérias consequências para a coesão social e a segurança dos cidadãos.

Devido aos cortes orçamentais, as despesas consagradas pelos governos à saúde e ao ensino continuaram a baixar em termos reais. A incidência de doenças que se julgavam controladas há muito tempo, como a meningite, a doença do sono, o paludismo, a tuberculose e a cólera, aumentou nos últimos anos. A epidemia causada pelo vírus da sida (VIH) continuou a propagar-se em 1992, apesar das campanhas lançadas para modificar os comportamentos. Nakajima, director-geral da OMS, chamou recentemente a atenção da Conferência dos ministros da Saúde africanos, em Brazaville, para o facto de, **«dentro de oito anos, um milhão de pessoas — em grande parte jovens adultos — morrerá por ano com a sida, deixando atrás de si famílias desamparadas»**.

Tendo em conta este quadro preocupante, as perspectivas imediatas da economia africana são de facto incertas. O que não levanta dúvidas é que a sua evolução dependerá, em grande medida, da situação dos países da OCDE que são, para as economias africanas, os principais parceiros comerciais e a fonte essencial de capitais; dependerá também dos factores climáticos e dos resultados da agricultura, bem como de se conseguir pôr termo às guerras civis e às tensões políticas, pois só assim será possível restabelecer a confiança e a estabilidade e prosseguir as reformas económicas, sempre tentando preservar um mínimo de justiça social.

**Secretário-geral-adjunto das Nações Unidas Secretário executivo da Comissão Economica para a Africa*

'Acordo secreto' perturba Moçambique

Refinaldo Chilengue
correspondente em MAPUTO

EXPRESSO, 9.4.93

O PRESIDENTE moçambicano, Joaquim Chissano, e o embaixador da Itália em Moçambique, Manfredi Di Camerana, confirmaram em Maputo a existência de um documento «destinado a desenvolver o Protocolo VII do Acordo Geral de Paz», que define os critérios de distribuição pelos partidos políticos dos financiamentos concedidos pela comunidade internacional para a campanha eleitoral.

A revelação da existência do «acordo secreto» entre o Governo de Moçambique, a Renamo e a Itália veio dramatizar ainda mais o processo de aplicação do Acordo de Paz, com as partes envolvidas e as restantes forças políticas a acusarem-se mutuamente pelo atraso que se regista. Esta situação está a agravar as perturbações políticas internas no país, assistindo-se à proliferação dos focos de tensão, nomeadamente motins militares e assaltos praticados por homens armados «não identificados».

O avolumar das perturbações foi esta semana reconhecido publicamente por destacadas figuras ligadas ao processo, que se manifestaram extremamente preocupadas com a lentidão com que o pacto de armistício, assinado há seis meses, tem estado a ser concretizado, particularmente no que se refere à chegada da força multinacional de cerca de 8000 homens do contingente das Nações Unidas (Onumoz).

Entretanto, a chegada a Maputo dos primeiros 32 elementos do Batalhão de Transmissões português (BT4), que estava prevista para esta semana, a fim de ser estudado o estacionamento da unidade, foi repentinamente adiada, por «razões de logística», para as 13h00 do dia 14 de Abril.

O secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, informou quarta-feira o Conselho de Segurança do atraso nas operações das forças da Onumoz com vista à concretização de quatro grupos de objectivos distintos, mas estritamente interligados: de cariz político, militar, eleitoral e humanitário. Butros-Ghali considerou que os atrasos, «por parte da ONU e dos países fornecedores de contingentes, são de natureza administrativa».

No entanto, o cessar-fogo continua a ser cumprido e os elementos da Renamo integrados nas comissões conjuntas que se tinham retirado para Maringué alegando tratamento «indevido» começarão a regressar à capital segunda-feira, segundo uma fonte do movimento, enquanto, em privado, acusam alguns funcionários da ONU de serem complacentes em relação a «manobras» da Frelimo contra o seu movimento.

Durante uma maratona de reuniões em Maringué, quartel-general da Renamo, realizadas nos últimos 15 dias, as cúpulas política e militar do movimento reiteraram a «má fé» do Governo, acusando-o de desenvolver estratégias obscuras para minar e enfraquecer a Renamo, nomeadamente o não cumprimento de um «acordo de cavalheiros», assinado em 16 de Dezembro de 1992, que prevê um fundo para ajudar a guerrilha moçambicana a transformar-se em partido político.

A Renamo, que segundo o acordo passaria a dispor de meios para implantar em todo o país a sua estrutura de acção política, põe agora como «condição indispensável» receber 15 milhões de dólares para iniciar o processo de acantonamento.

O PROTAGONISTA

"Mister África"

PÚBLICO, 12 4 93

TEM A EQUIPA Clinton um "mister Africa"? Parece que sim e que o recém-empossado subsecretário de Estado para a região escolheu um dos seus principais conselheiros em função do problema "número um" que a Administração americana tem no Continente Negro.

Como acontece que esse tal problema se chama Angola e se enuncia em português, o novo "Mister África" chama-se Gerald Bender, é branco e casado com Tamara Levine Bender — precisamente a tradutora americana de Luandino Vieira e Bernardo Honwana. Ainda há dias comentava a uma rádio portuguesa o desagrado de Washington perante as injúrias da Vorgan, a rádio oficial da UNITA, contra Margaret Anstee, a representante do secretário-geral da ONU em Angola.

Se 'Jerry' Bender fosse português, possivelmente seria coronel na reserva ou comerciante. Ou as duas coisas simultaneamente. Mas a tradição anglo-saxónica exige outros títulos: o hoje cinquentão Bender (nasceu em Novembro de 1941 no Minnesota) é um académico da área de relações internacionais que dedicou metade da sua vida à investigação sobre a África: "BA" em Minnesota, "MA", Ph. D From UCLA", até assumir a direcção da Faculdade de Relações Internacionais da Universidade da Califórnia do Sul de 1986 a 1991.

Bender é hoje, talvez, o americano que mais sabe sobre Angola: desde 1985 já ali esteve 19 vezes, mas o seu contacto com o país vem dos anos 60, quando, inclusive, se reuniu em Luanda com as estruturas clandestinas do MPLA. Depois esteve um ano em Portugal e escreveu um livro, "Angola sob o Domínio Português: Mito e Realidade" (traduzido pela "Sá da Costa").

'Jerry' Bender é um colaborador habitual de revistas como "Foreign Policy" e "Internacional Security" e de jornais como "The New York Times", "The Washington Post" ou "The New York Review of Books" e não é propriamente um recém-chegado aos corredores do poder: o Conselho Nacional de Segurança, o Pentágono, o Departamento de Estado, o Comité de Relações Internacionais do Senado e outros já por várias vezes recorreram aos seus serviços para fundamentar decisões de política externa.

Quem sai a ganhar se Bender exercer a sua influência na política para a África Austral do Departamento de Estado? Os meios da UNITA estão apreensivos e há já quem dê como decidido o reconhecimento pelos EUA do Governo de José Eduardo dos Santos. Mas quem sem dúvida nenhuma sairá beneficiado é a análise específica dos casos complicados que são Angola e a África do Sul, em detrimento das análises globais "à Kissinger", que multiplicaram os conflitos de "baixa intensidade" da Guerra Fria. Desarmadilhar esses conflitos exige paciência e um profundo conhecimento do seu terreno. Das pessoas, sobretudo. Gerald Bender tem tudo isso de sobra. ■

Manuel Delgado

Novo tiroteio em Bissau

PÚBLICO, 6 4 93

CERCA das 16h de ontem em Bissau (18h em Lisboa) foram ouvidos tiros junto ao quartel-general das forças armadas guineenses, fazendo accionar o dispositivo de segurança à volta do Palácio da República, do quartel-general e do Ministério do Interior. O autor dos tiros foi um sobrinho do falecido comandante das Forças de Intervenção Rápida (FIR), major Robalo, assassinado a 17 de Março. Francisco de Pina, depois de ter passado algumas horas junto ao túmulo do tio, conseguiu introduzir-se em casa do falecido militar que a segurança mantém selada desde os acontecimento ocorridos há duas semanas.

Na posse de uma espingarda automática Kalashnikov (AKA) e de uma pistola Makarov, Pina começou os disparos nas imediações do quartel-general, provocando o pânico entre os populares que na altura circulavam na zona. Perseguido por um comando militar, o jovem Pina foi capturado no bairro da Achaba, depois de atingido a tiro num braço. À hora do fecho desta edição, estava a ser assistido no hospital militar da base aérea de Bissalanca. Fontes da segurança do Estado disseram ao PÚBLICO que se tratou de "uma acção isolada, devido a uma crise emocional" do sobrinho do major Robalo, não tendo por isso qualquer implicação directa com os acontecimentos de 17 de Março. O alferes Amadú Mané, presumível líder do fracassado golpe de Março e autor dos disparos que provocaram a morte do major Robalo, continua a monte. Ao princípio da noite a situação apresentava-se calma na cidade de Bissau, não se tendo registado quaisquer restrições ao movimento de civis. ■

António Soares Lopes, em Bissau

Moçambique não é nem nunca será uma árvore das patacas para os empresários portugueses – – não bastará chegar lá e abaná-la para o dinheiro cair

Moçambique: à procura do motor de arranque

Jorge Fiel enviado a MOÇAMBIQUE

EXPRESSO, 9.4.93

EDUARDO Tivane, o responsável na Beira pelo Centro de Formação Industrial, aprendeu, como a esmagadora maioria dos seus compatriotas, a conviver com as dificuldades. Roubaram-lhe o motor de arranque do seu Toyota azul-bebé o que não o preocupa muito.

Tivane tem pouco dinheiro e por isso não «priorizou» (neologismo muito em moda nos PALOP) a difícil aquisição de um motor de arranque novo, optando por «agilizar» (outro neologismo africano) um esquema alternativo: distribui por uma meia dúzia de miúdos, que pululam pelas redondezas da sua casa, avenças mensais de cinco mil meticais (aproximadamente 200 escudos portugueses) como pagamento pela sua força, que substitui a tarefa primitivamente cometida ao ausente motor de arranque.

Nas deslocações regulares pela Beira, Eduardo Tivane, um jovem recém-divorciado, emigrado do Maputo, que confessa estar a gostar de viver na segunda maior cidade moçambicana (350 mil habitantes segundo as últimas estatísticas oficiais), escolhe entre duas atitudes, consoante a paragem se afigura curta ou mais prolongada: deixa o motor ligado ou recruta ajudantes eventuais para empurrar o carro, pagos à tarefa com 100 ou 200 meticais. Os miúdos agradecem sempre com boa cara ao «titio» Eduardo e o Toyota continua a andar. Circulam alguns meticais mas o PIB moçambicano não acusa o movimento.

Um país viciado na droga «donativos»

A economia moçambicana sobrevive da mesma maneira que Tivane — o responsável máximo na segunda cidade do país pela formação profissional — circula com o automóvel. Sem motor de arranque e assente em esquemas.

O tecido empresarial — frágil mas existente — cerzido durante o período colonial foi ferido de morte pelo efeito conjugado da saída da esmagadora maioria dos 200 mil portugueses residentes em Moçambique na altura da independência, e dos desajustados programas económicos de cariz socializante adoptados pelo novo poder. O golpe de misericórdia foi desferido pela guerrilha que a Renamo começou a desenvolver no início da década de 80.

O resultado é uma economia sem motor de arranque e o país mais pobre do mundo. Apenas um em cada cinco dos 16 milhões de habitantes é considerado consumidor, para efeitos estatísticos. Com um PIB «per capita» de 80 dólares (cerca de 12 contos) e uma taxa de desemprego que atinge metade de força de trabalho que maioritariamente (84 por cento) é afecta ao sector agrícola, Moçambique carece de investimentos como de pão para a boca. Em doses muito mais maciças do que os 615 milhões de dólares (cerca de 95 milhões de contos, ou seja menos de metade dos incentivos concedidos por Portugal ao projecto Ford-Volkswagen) que entraram no país desde que, em 1985, após o acordo de Incomati ter sido assinado por Samora Machel e P. Botha, foi aprovada uma razoavelmente atractiva Lei de Investimento Estrangeiro — que está em vias de ser melhorada.

Nos últimos anos o país habituou-se a viver de donativos, o que o levou a viciar-se na droga «ajuda externa a fundo perdido». Os responsáveis querem arrancá-lo desta dependência, porque sabem que a pobreza se vence através do desenvolvimento — e não da esmola. Mas para aproveitar as potencialidades (como recorda Virgílio Folhadela, presidente da Elo, «um recurso só tem valor quando explorado») precisa de capital vindo do exterior, já que o empresariado local é incipiente e acaba de iniciar o lento processo de acumulação de capital.

Assistência chinesa origina gargalhadas

Portugal (ver quadro 1), o terceiro maior investidor estrangeiro em Moçambique no período em apreço (1985-92), nunca deixou de estar presente neste mercado. Fundamentalmente através de dois grandes grupos, Entreposto e Ferreira dos Santos, que teimaram em manter-se no país mesmo quando os ventos que sopravam na antiga colónia do Índico não eram favoráveis à economia privada. A presença portuguesa também se manteve no domínio da formação e cooperação tecnológica. Depois dos desentendimentos de gargalhada gerados por um contrato de assistência firmado entre uma empresa moçambicana de calçado e a China, os responsáveis do PALOP concluíram definitivamente pela vantagem de técnicos e trabalhadores usarem, em casos destes, a mesma língua.

Agora que a paz dá os primeiros passos — em contraste com o que se passa em Angola, que, à força da guerra se transformou num destino pouco atraente para os investimentos portugueses em África —, Moçambique concentra as atenções de um número não negligenciável de empresários nacionais.

Mas este interesse enfrenta alguns obstáculos. Quem está interessado em exportar para este mercado defronta-se com as fracas disponibilidades de um país exangue em cabedais, com uma balança comercial catastrófica (ver quadro 2). A taxa de cobertura atingiu o seu ponto mais baixo em 1989, com a cobertura das importações pelas exportações a quedar-se nuns magros 13 por cento. O que não é de espantar num país cujo valor global das exportações apenas ultrapassa os 10 milhões de contos — ou seja representa um quarto das receitas conseguidas pelo sector do Vinho Porto no mercado externo.

Mercado rarefeito em poder de compra

A taxa de cobertura conheceu uma inversão em 1991. Só que, de acordo com Ana Maria Koehler, responsável pelo escritório do ICEP em Maputo, este facto ficou a dever-se essencialmente **«à dificuldade existente em Moçambique de obter crédito para pagamento das compras ao exterior»**.

Sem petróleo nem diamantes, com um mercado interno reduzido em profundidade (as vendas de pneus, no ano passado, representaram cinco por cento das realizadas em 1973 e apenas 10 por cento das verificadas em 81, o melhor ano da economia moçambicana depois da independência) e rarefeito em poder de compra, Moçambique não é um paraíso para os exportadores, apesar de, como nota Horácio Roque, um veterano destas paragens, ser mais fácil, em África, vender produtos do que constituir empresas e fabricar localmente — o que acontece por razões que a razão conhece.

Conta quem sabe, em voz baixa, que alguns responsáveis moçambicanos preferem importar produtos para se habilitarem a facturar pessoalmente algum dinheiro no exterior.

Nas privatizações surge outro tipo de problema. Não raro os quadros de uma empresa querem comprá-la a preços de saldo e com recurso ao crédito, para mais tarde

Continua na pág. 6

Quadro 1 – DISTRIBUIÇÃO DO IDE EM MOÇAMBIQUE POR PAÍSES

País	Número de Projectos	Valor em milhões de dólares	% do total
Grã-Bretanha	27	93,2	47,6
RAS	33	38,0	14,3
Portugal	43	27,2	13,9
EUA	7	15,5	7,9
Holanda	3	9,1	4,6
Irlanda	4	5,8	3,0
Brasil	1	3,0	1,5
Espanha	1	2,9	1,5
Itália	6	1,5	0,8

IDE – Investimento Directo Estrangeiro entre 1985 e 31/12/93 Fonte: ICEP

Quadro 2 – BALANÇA COMERCIAL*

Descrição	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Saldo da Balança Comercial	(347,1)	(463,6)	(545,0)	(632,6)	(702,9)	(751,1)	(736,4)
Exportações (FOB)	76,6	79,1	97,0	103,0	104,8	126,4	162,3
Importações (CIF)	423,7	542,7	642,0	735,6	807,7	877,5	898,7
Taxa de cobertura (%)	18,1	14,6	15,1	14,0	13,0	14,4	18,1

* Dados provisórios Fonte: Direcção Nacional das Estatísticas (DNE) Unidade: milhões de dólares

Se Portugal transferir produção

EXPRESSO, 9.4 93

Têxtil pode recuperar competitividade

PAÍS potencialmente rico em algodão e com abundante e barata mão-de-obra, Moçambique poderá ser uma oportunidade única para as empresas têxteis portuguesas reganharem a competitividade perdida no mercado internacional.

O processo de transferência do essencial da indústria têxtil para a «periferia», onde a mão-de-obra é mais barata e abunda a matéria-prima, enquanto que no «centro» se mantêm as marcas e a distribuição, está agora a ser timidamente percorrido pelas têxteis portuguesas.

Com uma taxa de desemprego de 50 por cento e uma população muito jovem (40 por cento têm menos de 15 anos e dois em cada três moçambicanos têm idade inferior a 30 anos) a antiga colónia portuguesa é um pequeno Eldorado para os investidores se atentarmos no preço da mão-de-obra. O salário mínimo ronda os 50 mil meticais/mês, ou seja cerca de dois mil escudos.

Transferir equipamentos para Moçambique, investir a montante na exploração do algodão, fazer confecção a feitio, funcionando em «draw back» e beneficiando da excelente situação geográfica do país e dos seus três principais portos (Maputo, Beira e Nacal) é o cenário de sonho para muitas têxteis que, se mantiverem no Vale do Ave o essencial das suas estruturas produtivas, ficarão condenadas a desaparecer.

O balanço das experiências verificadas nesta área não permite tirar conclusões, mas será interessante observar as experiências da Riopele e da Foncar.

É preciso clarificar regras do jogo

O caso da Riopele Moçambique (participada a 70 por cento pela Riopele portuguesa e a 30 por cento pelo Banco Popular de Desenvolvimento moçambicano) é curioso. Pressionada pelas autoridades moçambicanas, estabeleceu com a União Soviética um contrato plurianual de fornecimento de tecidos no valor de 13 milhões de dólares. A primeira partida seguiu. A segunda, no valor de cinco milhões de dólares, está há oito meses parada na fábrica. Ao impedir a partida de fornecimentos para a ex-URSS, Moçambique pretende, com duvidosas perspectivas de sucesso, forçar as autoridades russas a perdoar-lhe a dívida externa.

«Tínhamos clientes na Tanzânia e na África do Sul que deixámos de fornecer para podermos cumprir o contrato com a URSS que fomos forçados a fazer», lamenta Aníbal Oliveira, que está a fazer diligências junto das autoridades locais para ultrapassar um problema que está a estrangular a Riopele Moçambique.

Uma outra empresa têxtil portuguesa, a Foncar, tem uma experiência recente mais venturosa do que a da Riopele, apesar do seu líder, Carlos Pinto Leite, dizer que as autoridades locais têm de clarificar as regras do jogo: **«Se querem atrair investimentos terão de agir de outra maneira».**

A Foncar tomou uma participação minoritária no capital da Texlom e celebrou um contrato de exploração que lhe confere o exclusivo da comercialização dos produtos desta têxtil. As telas produzidas pela Texlom são comercializadas na Europa por uma sociedade que a Foncar constituiu em «joint venture» com a Coelima.

Presente a sul, na Matola, no sector industrial, a Foncar está a investir a norte, em Nampula, a montante do sector, através da uma empresa em que participa o ex-comissário europeu Cardoso e Cunha que tem a concessão exclusiva da comercialização e da exploração do algodão em cinco distritos moçambicanos.

J.F.

Continuação da pág. 5

Moçambique: à procura do motor de arranque

a venderem a estrangeiros com ganhos de importantes mais-valias. Augusto Sumburane, o director do Gabinete de Promoção do Investimento Estrangeiro, adverte que o **«investimento de raiz é mais simples — basta praticamente pedir o terreno para fazer a fábrica».**

Os investimentos portugueses em Moçambique têm afluido com uma certa regularidade, privilegiando a quantidade — 43 projectos aprovados nos últimos sete anos, com um valor médio de 600 mil contos cada. Agora que a guerra acabou e voltou a chover (curiosamente uma seca longa de dois anos só foi interrompida depois de assinado em Roma, a 4 de Outubro, o acordo de paz entre a Frelimo e a Renamo) presume-se que a cadência dos investimentos vá acelerar.

Presos por ter cão...

As feridas abertas pela guerra colonial parecem estar em vias de cicatrizarem. Como nota Ludgero Marques, **«já é tempo de acabar com a situação de os portugueses em África serem presos por ter cão e por não o ter — ou seja, por terem colonizado mal e por terem descolonizado pior».**

No sector financeiro, acaba de abrir o primeiro balcão do Banco do Fomento e Exterior em Moçambique, depois das autoridades terem aceite quebrar o monopólio da empresa estatal do sector segurador ao autorizarem a constituição da Nacional Seguradora, uma companhia participada pelas portuguesas Império e Marconi, entre outras, e pelo moçambicano Banco Popular de Desenvolvimento. Entretanto, o BPA prepara-se para inaugurar o primeiro balcão na capital moçambicana no próximo mês de Maio e o Bank of Lisbon International (banco sul-africano de capitais portugueses) colabora com o Banco Comercial de Moçambique, enquanto ultima o lançamento local de uma «leasing». Na construção civil e obras públicas constata-se, à vista desarmada, que todas as grandes companhias portuguesas do sector estão presentes em Maputo, posicionando-se para as obras de reconstrução do país.

Os sectores agro-industrial, designadamente o algodão e o caju, e de recursos naturais são os mais atractivos. IPE, Nutrinvest e Banco Comercial de Moçambique estão a investir quatro milhões de dólares na Caju de Nacala. O Entreposto, de Dias da Cunha, aplica cinco milhões de dólares na Samo, que se dedica à cultura e processamento de algodão.

O grupo Ferreira dos Santos também está a apostar em novos projectos de cultura de algodão, em Cabo Delgado e Nampula. A Marconi constituiu, em «joint venture» com uma empresa moçambicana a Teledata, enquanto a Telealarme criou a Aca que monta sistemas de segurança. Mais recentemente, no quadro da missão empresarial organizada pela Associação Industrial Portuense, a Moagem do Marco fez um acordo com uma empresa local para instalar uma moagem em Moçambique.

Este breve mosaico é indicativo de um movimento. Moçambique não é uma árvore das patacas que justifique ir a correr para lá, rapidamente e em força, para a abanar, mas justifica plenamente um esforço de posicionamento.

O entusiasmo de Ludgero

Entusiasmado com Moçambique, quer enquanto empresário quer enquanto dirigente patronal, Ludgero Marques, presidente da AI Portuense está empenhado em dotar a economia moçambicana do indispensável motor de arranque. O facto de ter abortado a sua primeira tentativa de investir num processo de privatização, não desanima o empresário da Cifial, que aguarda a constituição, aprazada para Setembro, de uma sociedade de capital de risco em Moçambique, para desenvolver o seu «Plano B» — ou seja constituir uma empresa nova, de raiz.

«Com a ajuda da SPELM, que identificará os sectores, a sociedade de capital de risco ajudará à constituição de 30 novas empresas, de sectores tão diversos como a metalomecânica, alimentar, vestuário e calçado, que se ajudem mutuamente e permitam a reconstituição do tecido empresarial», explica Ludgero.

Melhor que ninguém, os empresários saberão avaliar se é ou não bom negócio investir em Moçambique. O balanço das mais recentes experiências é contraditório. Américo Amorim, que desde 1989 andou a tentar transformar em maioritária a posição minoritária que a Mabor portuguesa detém na congénere moçambicana, desistiu da sua estratégia para a África austral. Aníbal Oliveira, da Riopele, tem, por exemplo, largas e amargas razões de queixa. Os protagonistas das melhores experiências preferem prudentemente «guardar de Conrado o silêncio». E se calhar têm razões para isso.

Armando Guebuza aos empresários

«O nosso país espera por vós»

EXPRESSO, 9 4 93

O MINISTRO dos Transportes e Comunicações de Moçambique, Armando Guebuza, quer que os empresários portugueses intensifiquem o seu investimento naquele país. **«Façam favor. Moçambique precisa da vossa experiência. Aos agentes económicos que já lá estão pedimos que continuem e aos outros que invistam»** afirmou Armando Guebuza a um grupo restrito de empresários, durante uma reunião realizada na quarta-feira na Associação Industrial Portuguesa (AIP), em Lisboa.

«A paz não pode ser consolidada se não for encontrada uma resposta para os problemas sociais e económicos de Moçambique», adiantou o ministro. Armando Guebuza, embora reconhecendo que existe uma **«presença forte»** de empresários nacionais em território moçambicano, considera que para reconstruir o país o número de agentes económicos é ainda insuficiente. **«O elemento essencial que pode levar os moçambicanos a reconciliarem-se é o de uma actividade económica completa»**, sublinhou.

O quadro traçado por Armando Guebuza sobre a situação de Moçambique foi eloquente. O ministro dos Transportes e Comunicações salientou o grau de destruição do país em sectores como os da a rede viária, transportes, ensino e saúde, acrescentando ainda: **«Os serviços praticamente não funcionam, exceptuando algumas cidades»**.

Para Armando Guebuza, a forma de ultrapassar a «paralisia» em que se encontra o tecido produtivo moçambicano passa, sobretudo, pela iniciativa privada. O ministro considerou já estar provado que o investimento público é insuficiente para relançar a economia de Moçambique, sendo por isso necessária uma presença maciça de investidores privados.

Como forma de cativar os empresários portugueses, Armando Guebuza disse que apostar em Moçambique é também uma forma de **«penetrar noutros mercados da região e em países como o Zimbabwé e o Malawi»**.

Profissão de risco

Mesmo confrontados com estes aliciantes, os empresários portugueses mostram-se ainda comedidos. Fernanda Pires da Silva, presidente do grupo Grão-Pará é disso o exemplo. **«Apesar do risco ser a nossa profissão, mesmo assim tem de haver sempre uma margem de segurança para os empresários que não pode ser ignorada»** realçou Fernanda Pires da Silva, ao comentar as afirmações de Armando Guebuza.

A deslocação do ministro dos Transportes e Comunicações à AIP serviu para reforçar as relações existentes entre o Governo moçambicano e aquela associação. Refira-se que a AIP já executou vários projectos de formação e assistência técnica a mais de 600 quadros moçambicanos, estando prevista a abertura de uma delegação da AIP em Maputo, tendo como objectivo reforçar a posição da classe empresarial portuguesa em Moçambique.

Tal como acontece em relação aos outros PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), as trocas comerciais entre Portugal e Moçambique têm sido marcadas por um excedente elevado a favor de Portugal (ver quadro). Os indicadores mais recentes fornecidos pelo ICEP dão conta de que a balança comercial Portugal/Moçambique registou, nos primeiros nove meses de 1992, um défice superior a 581 mil contos, invertendo a tendência para a descida que se vinha registando nos últimos anos.

Curioso é verificar que o volume do comércio registado entre os dois países não atinge valores muito elevados. Em 1989, Moçambique representava somente 0,06 por cento das importações nacionais e 0,29 por cento das exportações.

No que toca às exportações portuguesas nota-se uma elevada dispersão. Entre os principais produtos exportados contam-se o vinho, os medicamentos, bem como aparelos mecânicos e electrónicos. Por seu turno, provenientes de Moçambique, chegam a Portugal produtos como o algodão e os crustáceos.

Celso Filipe

EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL PORTUGUESA COM MOÇAMBIQUE

	1988	1990	1991	1992*
Exportações	5.862.367	6.130.449	5.561.226	2.903.220
Importações	1.802.852	2.211.002	2.463.382	3.484.955
Saldo comercial	4.059.515	3.919.447	3.097.844	(581.735)
Taxa cobertura	325%	277%	226%	83%

* Jan./ Set. Fonte: ICEP Unidades: milhares de contos

Há batata nova no Maputo

PÚBLICO, 10 4 93

MAPUTO está a retomar vida. Há dois anos seria pouco provável encontrar vendedores de flores na rua. Seria igualmente inútil ir ao mercado central à procura fosse do que fosse. Hoje é diferente. África do Sul e Zimbabwe invadem os mercados. Quem diria que ao passar no mercado uma pessoa é assediada para comprar um saco de batatas. Com pregão e tudo. "Batata nova! Tem de comer antes de ficar velha".

A diferença está em que há dois anos havia muito dinheiro e quase nada para lhe dar uso e agora há muito para comprar e a moeda local perdeu-se no tempo. São os primeiros sinais de liberalização da economia e já causaram eco.

Nas últimas duas semanas, Maputo tem recebido turistas e homens de negócios. Uns e outros com dinheiro capaz. Curiosidade foi a "excursão" que apareceu ontem. Muito falar português, percebendo-se logo que o meio não lhes era completamente estranho. Eram famílias que tinham deixado Moçambique quando se declarou a guerra civil. Agora vieram tomar o pulso à situação.

Parecem dispostos a voltar. Mas dizem que o ambiente no Maputo ainda não serve de barómetro. "É um bom sintoma mas, para trabalhar, a paz na capital é pouco". De resto, as feridas de guerra de Maputo são menores. As feridas são da cidade isolada e concentracionária.

Os garotos já não são "pioneiros", ou "continuadores" na linguagem que aqui foi adoptada. São apenas garotos que descem à rua para fazer tudo. Tudo o que resulte em algum dinheiro. Lavam carros, guardam carros, vendem cigarros. Umas vezes são reforço do orçamento familiar, outras são apenas eles, independentes. Fazem pela vida. Já se diz que são os últimos filhos da guerra. É uma esperança. Precisam de cuidados elementares de saúde, de escolas e de ultrapassar essa fronteira que é morte por causa da fome.

Apesar de Maputo ser cidade privilegiada, também cá há fome. Vê-se menos mas vê-se. Até por a cidade não esconder os seus contrastes. A mania dos carros de luxo instalou-se. Quase não se percebe como conseguem cá chegar tantos e tão exuberantes automóveis. Se perguntamos, a resposta vem acompanhada de um sorriso tolerante. Afinal é como se passa na Europa. "Desaparecem do parque de estacionamento do dono e aparecem aqui". Desde que haja dinheiro tudo é possível.

Bom sintoma é a dinâmica que parece estar criada para reabilitar a cidade. Os circuitos comerciais estão quase restabelecidos, por iniciativa privada. A comunidade de origem indiana aplica-se em não perder oportunidades. Portugal parece continuar longe, neste campo.

Quem está pacientemente de olhos postos no próximo futuro de Moçambique é o Japão. Por solidariedade com a comunidade internacional na execução do processo de paz vai mandar 32 militares, para uma acção de apoio no âmbito da ONU. Instala um escritório e fica disponível. De resto, essa expectativa é visível no grupo de países em que Portugal aparece como parceiro de última hora. ■ **C.C.**

DESMOBILIZADOS AMOTINAM-SE

Forças especiais conjuntas dominaram na semana passada um levantamento de 1200 militares desmobilizados no Quartel de Magoanine, nos arredores de Maputo, afectos à Casa Militar, de protecção do Presidente da República. A rebelião foi controlada, mas as razões do descontentamento continuam.

SÁBADO, 9-15 4.93

Na altura do "assalto" as forças especiais feriram sete dos amotinados e capturaram de imediato cerca de seiscentos. Os restantes foram sendo detidos em rusgas feitas pela cidade (capital) e arredores nos dias seguintes. Notícias não confirmadas referem ter-se registado um morto.

Embora o descontentamento dos desmobilizados de guerra não constitua qualquer surpresa, o facto do motim se ter verificado entre militares afectos à Guarda Presidencial do Chefe de Estado está a criar bastante celeuma, havendo versões contraditórias sobre a sequência dos factos.

A verdade é que não se compreende que continue a registar-se desmobilização de soldados após a assinatura do Acordo de Roma, a 4 de Outubro do ano passado e fora do contexto do processo de paz. Os revoltosos agora dominados vinham desde Janeiro reivindicando o pagamento de oito meses de salário de pré-aviso, transporte para as suas zonas de origem, uma vez desmobilizados para além de um aumento de 23 por cento nos pagamentos a receber. O Chefe da Casa Militar, coronel Chitupila, afirmou que os 23 por cento já tinham sido pagos, mas que os soldados exigiam agora um montante adicional de três milhões de meticais (cerca de cem contos portugueses) para cada um, roupa civil, garantias de emprego, facilidades para prosseguirem os estudos e reintegração social nas suas povoações.

Estas exigências foram comunicadas ao Presidente Joaquim Chissano num encontro mantido há cerca de duas semanas com uma comissão representando os reivindicadores. O Chefe de Estado decidiu remeter o caso para o Primeiro-Ministro e para o ministro das Finanças.

O Conselho de Ministros reunido em sessão extraordinária, ainda na semana passada considerou "ilegais e incomportáveis para o orçamento do Estado" as exigências dos revoltosos, no que diz respeito ao pagamento dos três milhões de meticais e do aumento de 23 por cento. Em comunicado distribuído à imprensa em Maputo, o Governo afirmava que iria proceder à distribuição de roupa civil, assegurar transporte para o seu regresso às zonas de sua escolha e efectuar o pagamento dos subsídios de desmobilização. Terá sido o conhecimento destas decisões que provocou o levantamento dos desmobilizados caracterizado pelo Governo com insubordinação, ameaças e actos de vandalismo que levaram à destruição de material do aquartelamento.

Entretanto, um grupo de desmobilizados que não foram capturados pelas Forças Especiais que dominaram os revoltosos pediu a mediação do Cardeal D. Alexandre dos Santos, chefe da igreja católica em Moçambique.

O encontro foi pedido com o apoio da AMODEG (Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra) que manifestou a sua solidariedade com os revoltosos, condenando a actuação do Governo. Júlio Nimuire, presidente da AMODEG afirma que várias foram as promessas feitas aos desmobilizados e até aqui por cumprir, sublinhando que a situação já deveria ter sido resolvida há bastante de tempo.

Num contacto recente que a **Sábado** manteve com um grupo de desmobilizados em Boane, estes manifestaram uma profunda revolta pelo facto de terem andado a verter o seu sangue em prol da segurança dos que hoje os votam ao total abandono e esquecimento.

O sentimento em Magoanine não é diferente deste. ❑

A reintegração dos bantustões

Bophuthatswana diz não

PÚBLICO, 9 4 93

O BOPHUTHATSWANA (vulgarmente conhecido pela abreviatura Bop), um Estado pseudo-independente criado dentro das fronteiras da África do Sul no auge do apartheid, disse ontem que rejeita a sua reincorporação enquanto os dois milhões e meio de habitantes não se pronunciarem em referendo.

A resistência do Bop à ideia de voltar a ser território sul-africano tem-se manifestado em vários foros de negociações, sob a condução do "ministro principal", espécie de Presidente do Governo, Lucas Mangope. E ontem as autoridades locais consideraram "irrealista" o desejo agora manifestado por Pretória de num simples espaço de dois meses reincorporar tanto aquele bantustão como o Transkei, o Ciskei e o Venda.

O Congresso Nacional Africano (ANC), que se apresenta como a força política principal da sociedade sul-africana, poderá por isso intensificar a sua campanha para minar o poder pessoal de Mangope. Mas os dirigentes dos outros três bantustões "independentes" também dizem que só voltarão a fazer parte da África do Sul se as respectivas populações se mostrarem a favor disso, em referendos.

Uma segunda opção das forças políticas da África do Sul será a de isolar o BOP, já dividido geograficamente em sete áreas distintas, cortando subsídios para o respectivo Governo e fechando as fronteiras. Esta opção será eficaz, mas não desejável, visto que o povo sofrerá muito mais do que os seus dirigentes.

Terceira possibilidade é a opção militar, e é pouco provável que qualquer Governo sul-africano, seja do Partido Nacional, seja do ANC, tenha o apoio popular necessário para iniciar uma espécie de guerra civil.

Mangope e o seu ministro de Estado, o branco Rowan Cronje (um ex-rodesiano), argumentam que os habitantes do BOP votaram a favor da independência em 1977, e que, como o "país" continua a manter um Governo democrático, a sua reincorporação na África do Sul será contra a vontade popular.

Cronje lembra que o BOP continua a ser um dos poucos países africanos com uma economia viável: tem pequenas indústrias, exporta platina e outros minérios; e a sua indústria turística atrai anualmente milhares de sul-africanos, sendo talvez a fonte de rendimentos mais visível.

Aquele bantustão foi criado para abrigar membros da tribo tswana, mas já existe um lar para este grupo étnico — o Botswana, país cujo Produto Nacional Bruto (PNB) está a crescer em mais de cinco por cento ao ano.

Os outros três bantustões que até agora Pretória considerava independentes — o Transkei, o Venda e o Ciskei — vão com certeza ser reincorporados sem problemas de maior. O Venda, o mais pobre dos quatro territórios em questão, cuja pseudo-independência nunca foi reconhecida pela ONU, não resistirá à vontade combinada de Pretória e do ANC.

Quanto ao major-general Bantu Holomisa, presidente do Conselho Militar que dirige o Transkei, faz todos os possíveis para dificultar a vida do Governo de Pretória, mas, como gostaria de assumir a pasta da Defesa num futuro Governo sul-africano dominado pelo ANC, seguirá a política que esta organização lhe recomendar.

Por seu turno, o brigadeiro Oupa Gqozo, do Ciskei, inimigo convicto do ANC, já afirmou que voltará de bom grado à África do Sul se o povo votar a favor desta mudança num referendo.

Na segunda-feira, um porta-voz do Governo sul-africano, Dave Steward, disse que Pretória deseja a reintegração dos quatro bantustões em causa a partir da formação, no próximo mês de Junho, de um Conselho Executivo Transitório em que os negros estarão pela primeira vez representados ao mais alto nível. ■

Steven Lang, em Joanesburgo

Protesto volta a conflagrar África do Sul

■ Seis mortos na quarta jornada de manifestações pela morte de líder negro, com greve geral, saques e repressão violenta

JORNAL DO BRASIL, 15.4.93

JOHANNESBURGO — Mais um *dia nacional de violência* foi vivido na África do Sul, onde centenas de milhares de pessoas protestaram — pelo quarto dia consecutivo, com greve geral e manifestações reprimidas a ferro e fogo — contra o assassinato do líder negro Chris Hani. Choques entre a polícia e manifestantes nos subúrbios negros das principais cidades do país deixaram pelo menos seis mortos e 300 feridos. Multidões furiosas ergueram barricadas nas ruas, incendiaram pneus, quebraram janelas e saquearam lojas. Ao final do dia, o governo e o Congresso Nacional Africano, organizador dos protestos, trocaram acusações, mas concordaram sobre a necessidade de retomar urgentemente as conversações pró-democracia.

Em algumas cidades os 23 mil policiais mobilizados para manter a ordem pareciam impotentes diante da violência, e o presidente Frederik de Klerk foi à televisão para anunciar que seu governo destacou um reforço de 3 mil homens e advertir que tomará medidas drásticas e estenderá o toque de recolher a outras áreas se a desordem continuar. "O que aconteceu hoje na África do Sul não pode ser tolerado em nenhum país civilizado", afirmou. "Não podemos permitir que o país mergulhe no caos."

Disciplina — O CNA viu a reação em cadeia dos negros como uma expressão de solidariedade e disciplina, apesar da violência. "Foi uma demonstração de sentimentos sem paralelo, pela maioria do nosso povo", disse o secretário-geral Cyril Ramaphosa. "A grande maioria soube se conter, apesar de em algumas áreas a situação ter fugido ao controle", acrescentou, referindo-se a tumultos na Cidade do Cabo, Port Elizabeth, Pietermaritzburgo e Durban. Segundo o governo, 250 mil pessoas participaram dos protestos que paralisaram os centros urbanos. Segundo o CNA, 1,5 milhão.

Vaias — Ramaphosa acusou a polícia de agir arbitrariamente ao abrir fogo contra uma multidão em Soweto, subúrbio negro do Johannesburgo, matando quatro pessoas e ferindo 245. A televisão informou que o secretário-geral do CNA em Soweto, Sam Ntobane, está entre os mortos. Os manifestantes tinham acabado de participar de uma cerimônia em que Nelson Mandela tentou levar uma mensagem de paz a 30 mil pessoas. "Os que pensam que por causa da morte de Hani devemos recorrer à violência cometem um grave erro", disse o presidente do CNA. A multidão, na maioria jovens, respondeu com vaias a seu apelo à reconciliação.

Na Cidade do Cabo, Danielle Mitterrand, mulher do presidente francês, e o ex-campeão dos pesos pesados Muhammad Ali participaram de um ato em homenagem a Hani. Após o serviço religioso, milhares de jovens, ignorando apelo do CNA, enfrentaram a polícia. Pelo menos 100 pessoas saíram feridas. Um sargento levou um tiro na cabeça e um observador internacional foi esfaqueado, mas não há informação sobre seu estado.

A ação da polícia, que teria atirado a queima-roupa durante uma pacífica passeata em Soweto, foi duramente criticada pelo porta-voz do CNA Carl Niehaus. "São ações desse tipo que podem levar a um banho de sangue". No Transkei, um dos 10 bantustões sul-africanos (regiões autônomas de confinamento de etnias negras), uma emboscada deixou dois brancos mortos e um ferido na noite de terça-feira.

Hani, secretário-geral do Partido Comunista, morto a tiros no sábado, será enterrado segunda-feira. As negociações, que deveriam recomeçar nesse dia, foram adiadas por uma semana. O imigrante polonês Janusz Walus, acusado de matá-lo, está preso.

Mandela apela à calma

PÚBLICO, 14.4.93

NELSON MANDELA, o presidente do Congresso Nacional Africano, abriu ontem à noite todos os noticiários televisivos na África do Sul para fazer um apelo à calma e deixar uma mensagem básica: "Não podemos perder mais vidas."

O líder negro falava depois de um dia relativamente calmo, sem grandes explosões de violência, mas que não bastante para dissipar a elevadíssima tensão causada pelo assassínio, no sábado, do dirigente comunista Chris Hani, cujo assassino compareceu em tribunal (ver pág. 12).

Mandela anunciou que o funeral de Hani será na segunda-feira. Mas desde o meio-dia de domingo que o caixão com o seu corpo estará num estádio de futebol do Soweto, a cidade-satélite de Joanesburgo, para receber uma derradeira homenagem. Na noite de domingo para segunda-feira, no mesmo local, haverá uma vigília.

Foi o próprio Mandela quem telefonou ao presidente da televisão sul-africana a dizer-lhe que tinha uma comunicação a fazer; a "sugestão" foi aceite imediatamente. Na opinião de analistas, a acção de Mandela prova a sua preocupação; o assentimento imediato do presidente da TV e a sua determinação para que as palavrás do líder negro abrissem os noticiários mostram o seu medo.

Um medo mais do que compreensível. O dia de hoje foi consagrado pelo ANC a homenagens a Chris Hani, o que significa que nenhum negro irá trabalhar. O país vai estar praticamente parado e a polícia receia a eclosão de conflitos.

O Conselho de Segurança de Estado (espécie de gabinete de crise) vai estar reunido e pode decidir alargar a outras zonas a declaração de "áreas de conflito", ontem à noite aplicada pelo Governo a três cidades da região do Cabo Oriental. ■

Steven Lang, em Joanesburgo

Sul-africanos querem apressar a transição

JORNAL DO BRASIL, 16.4.93

PRETORIA — O governo da minoria branca da África do Sul e a liderança do Congresso Nacional Africano (CNA) concordaram que é preciso mais velocidade no processo de transição para a democracia no país. As lideranças chegaram a essa conclusão depois da recente onda de violência provocada pela morte do líder negro Chris Hani no sábado passado. Durante as manifestações de protesto, 17 pessoas morreram e outras 300 foram feridas.

O presidente Frederik de Klerk lamentou o aumento da violência em distritos negros de todo o país e propôs um encontro urgente com o principal líder negro sul-africano, Nelson Mandela, para discutir a situação e abrir caminho para um diálogo mais construtivo. Não foi anunciada data para o encontro.

De Klerk também ordenou a mobilização de mais 3 mil soldados para patrulhar as ruas de várias cidades do país aumentando para 26 mil o efetivo militar empregado para garantir a segurança. O presidente alertou que o governo não tolerará mais manifestações violentas de grupos negros.

O CNA vem sofrendo pressões de seus militantes depois da suspensão das negociações para eleições multirraciais na África do Sul. O secretário-geral do CNA, Cyril Ramaphosa, manifestou sua esperança de que o diálogo para que se realizem eleições sem restrições raciais seja retomado o mais breve possível, pois "o país não tem condição de esperar mais".

Continua na pág. 10

Angola volta a Abidjan

EXPRESSO, 9 4.93

COM a ronda de negociações entre o Governo angolano e a UNITA que se inicia na segunda-feira em Abidjan, o quase nonagenário Presidente da Costa de Marfim, Felix Houphouet Boigny, vai ter finalmente a oportunidade de realizar uma das suas grandes ambições — a de ser o mediador africano «privilegiado» de uma solução política para o conflito angolano.

O «velho sábio» teve uma intervenção muito positiva durante o encontro preliminar entre altos funcionários do Departamento de Estado norte-americano e os negociadores da UNITA, e foi este o motivo que levou Washington a aceitar a oferta da Costa de Marfim de organizar o encontro entre os dois beligerantes angolanos. Um telefonema de Houphouet Boigny ao seu velho amigo Savimbi terá permitido, inclusivamente, antecipar a data da reunião, que a UNITA pretendia realizar depois de concluído um périplo por várias capitais europeias e americanas.

Um dos argumentos invocados por Houphouet Boigny terá sido o perigo de isolamento diplomático de Jonas Savimbi, até mesmo por parte dos seus tradicionais aliados africanos.

A tomada de posição — a favor do Governo de Luanda — da cimeira da Linha de Frente, que teve lugar na semana passada em Harare, a denúncia pelo Presidente Sam Nujoma das ameaças de Savimbi contra as barragens do Sul de Angola, que abastecem em água e energia eléctrica o Norte da Namíbia, e as duras críticas de uma parte da Imprensa sul-africana ao apoio encoberto que Pretória continua a dar a Savimbi são indícios que o líder da UNITA não pode ignorar, sobretudo agora que um dos seus mais sólidos aliados, Mobutu Sese Seko, do Zaire, deixou de poder prestar-lhe qualquer apoio político ou diplomático para além da utilização das bases zairenses como retaguarda logística.

Em Abidjan, os representantes da UNITA estão praticamente «em casa»: muitos dispõem de passaportes da Costa de Marfim, e o avião do Presidente Houphouet Boigny tem sido frequentemente posto à disposição de Savimbi. Margareth Anstee, representante do secretário-geral da ONU em Angola, presidirá ao encontro — apesar de Savimbi ter pedido a sua substituição —, mas já não será a organizadora e anfitriã como em Adis Abeba.

A delegação da UNITA que se desloca a Abidjan foi a mesma que se avistou, em finais de Março, com Herman Cohen e Jeffrey Davidow, reforçada na sua componente militar. Conhece a oposição de Washington quanto a vários pontos da proposta de «solução global» do conflito avançada por Savimbi, nomeadamente a formação de um governo de transição e a atribuição a Jonas Savimbi de um estatuto equiparado ao de José Eduardo dos Santos, na qualidade de «candidato presidencial».

Os EUA mostraram-se receptivos à questão da segurança dos quadros e militantes da UNITA e à redefinição do papel da ONU, de modo a satisfazer algumas das reivindicações de Savimbi.

O cessar-fogo é, porém, a primeira prioridade, quer para Luanda quer para as Nações Unidas. Ao convocar a reunião de Abidjan, Margareth Anstee apelou de novo aos beligerantes para observarem uma trégua destinada sobretudo a facilitar a ajuda às populações deslocadas, nomeadamente em Benguela. Seja como for, a escassas semanas do segundo aniversário de Bicesse, a paz continua distante, e os EUA vão ter de jogar os seus trunfos se quiserem impedir que Abidjan seja de novo um fracasso.

Nicole Guardiola

Continuação da pág. 9

Sul-africanos querem apressar a transição

O clima de tensão no país levou o ministro da Reforma Constitucional, Roelf Meyer, a renovar seu alerta para que se negocie com prudência o processo de democratização da África do Sul. Mas revelou que o governo está disposto a retirar a exigência de que seja aprovada uma Constituição provisória antes que se forme um governo de transição.

"O governo aceita que não se crie um Conselho Executivo de Transição enquanto não houver um consenso sobre a elaboração da Constituição provisória", disse Meyer. Para o ministro, é importante que se desvencilhe da questão do governo transitório e da Constituição para que as negociações possam prosseguir sem interferências.

Pelo menos 17 pessoas morreram desde que Chris Hani foi assassinado na porta de sua casa no dia 10 de abril por um homem branco de origam polonesa ligado ao partido de extrema direita Movimento de Resistência Africâner, favorável à luta armada para defender os privilégios.

Não deixe de assinar

Uma seleção criteriosa de recortes das principais notícias sobre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e sobre a África Austral publicadas nos jornais

Conselho de Segurança condena UNITA

PÚBLICO, 10 4.93

O CONSELHO de Segurança das Nações Unidas condenou na noite de quinta-feira para ontem a estação de rádio da UNITA, por haver ameaçado a vida da representante da ONU em Angola, e considerou insuficientes as desculpas dadas pelo grupo de Jonas Savimbi.

O Conselho acrescentou a sua voz a anteriores protestos do secretário-geral, Butros Butros-Ghali, dos Estados Unidos, de Portugal e da Rússia, contra os ataques verbais da Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan) à britânica Margaret Anstee, desde há muito funcionária das Nações Unidas.

Uma declaração lida pelo Presidente do Conselho de Segurança, que é este mês o paquistanês Jamsheed Marker, sublinhou que os dirigentes da UNITA tentaram dissociar-se das posições da Vorgan, mas que estas se enquadravam numa postura que a ONU já anteriormente condenara.

"Dados os precedentes e a sensibilidade da actual situação em Angola, o Conselho encara com muita gravidade tais emissões e as alegações que nelas se fazem" — disse Marker, a escassos dias da reunião que na segunda-feira deverá sentar frente a frente, em Abidjan, o Governo angolano e a UNITA.

No dia 6 deste mês a Vorgan considerou a senhora Anstee "uma prostituta política" que o MPLA estaria a corromper com "diamantes e mercúrio"; e ameaçou que, se insistisse em continuar em Angola, "uma bala perdida" a poderia atingir.

A queixa principal era a de que a representante do secretário-geral das Nações Unidas teria, por motivos políticos, desviado o auxílio humanitário que prometera enviar para a região do Huambo, actualmente sob controlo da UNITA.

Representantes do movimento nas Nações Unidas, na Costa do Marfim e em Portugal lamentaram depois o tom usado por aquela estação emissora, que funciona na Jamba, antigo quartel-general de Savimbi, 700 quilómetros a Sueste do Huambo. Ontem, John Muteka, representante da UNITA na Costa do Marfim, falando à BBC, explicou a "irreverência" da emissão pelo facto de se tratar de um texto lido por um rapaz "num programa para a juventude", que "não teve nada que ver com Jonas Savimbi, nem comigo, nem com os colegas da direcção". Mas em Nova Iorque não se acredita que a Voz da Resistência funcione à revelia dos principais colaboradores de Savimbi.

O Conselho de Segurança reafirmou "de forma inequívoca e enérgica" o seu apoio a Margaret Anstee, que já anteriormente fora criticada por estruturas da UNITA, bem como — aliás — por organizações afectas ao MPLA. ■

Carlos Morgado ao EXPRESSO

«Fizemos o papel que o MPLA queria»

Joaquim Vieira/Henrique Monteiro EXPRESSO, 9 4.93

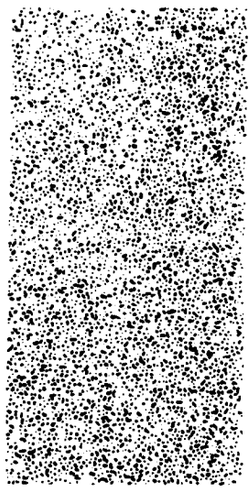
NASCEU em Luanda, onde, em 1975, se tornou membro da JURA, a juventude da UNITA. Licenciou-se em Medicina na Universidade do Porto e, em 1985, rumou à Jamba, tornando-se médico pessoal de Jonas Savimbi. Membro da Comissão Política da UNITA, Carlos Morgado, de 32 anos, foi o único dirigente que o líder do «galo negro» indigitou para ministro antes das eleições de Setembro. Na sequência dos confrontos de Luanda, que redundaram em massacre das forças da UNITA pelo MPLA, um mês após o acto eleitoral, foi feito prisioneiro pelo Governo. Depois de libertado, passou pelo grupo parlamentar da UNITA, até que foi autorizado a viajar para Portugal. Na primeira entrevista de fundo após sair de Luanda, Morgado faz a sua autocrítica por ter defendido algumas das posições mais radicais da organização de Savimbi, mas continua a prestar inteira fidelidade ao seu líder.

EXPRESSO — Porque se recusou a voltar a Angola?

CARLOS MORGADO — Não existem condições de segurança que me permitam fazer o trabalho de deputado. Houve falta de cumprimento do que nos prometeram na tomada de posse no Parlamento. Quase 600 dos nossos homens estão detidos na cadeia de S. Paulo e assisti a uma série de prisões na véspera da minha partida, que continuaram.

EXP. — Já pensava ficar quando chegou?

C.M. — Declarei à chegada que ia voltar, mas esses factores contribuíram para esta alteração. Outro aspecto determinante terá sido a declaração do meu colega MacMahon [presidente da Ordem dos Médicos Angolanos], num programa da TVI, onde me fez acusações de que não tem nenhuma prova.



EXP. — Refere-se à sua alegada responsabilidade na suposta castração de elementos da guarda de Savimbi, mencionada na imprensa portuguesa?

C.M. — Foram essas as declarações.

EXP. — E nega?

C.M. — Sem dúvida. Não tirei o meu curso na Universidade Patrício Lumumba nem na Ilha da Juventude [em Cuba], mas na Faculdade de Medicina do Porto, onde, como em qualquer país da Europa, as questões de ética profissional são muito importantes. Não há ninguém, a não ser a jornalista que escreveu o artigo, que assuma aquelas declarações.

EXP. — Nem tem conhecimento de que os elementos da guarda de Savimbi tenham sido castrados?

C.M. — Não. Durante os meus dez dias de interrogatório este assunto ocupou apenas dez minutos. Exigi que, se insistissem na acusação, fosse levada a tribunal. É assunto demasiado grave para se tratar nas páginas dos jornais ou nas declarações irresponsáveis de certas pessoas.

EXP. — Mas foi-lhe apresentado algum caso de alguém castrado?

C.M. — Não. Puseram-me à frente o artigo que saiu em Portugal e que foi repetido na íntegra pelo «Jornal de Angola».

EXP. — Se não volta para Luanda, porque é que não vai para as fileiras da UNITA?

C.M. — Fisicamente não estou mal, mas psicologicamente estou a fazer alguns tratamentos. Depois, há muita gente nossa a chegar, e será necessário fazer o seu reenquadramento. Além disso, é preciso recolocar a verdade sobre o que se passou e, ao mesmo tempo, lutar em prol dos meus colegas que ficaram em Luanda.

EXP. — Mas só a partir de certa altura começou a fazer declarações em Portugal.

C.M. — Vim por causa do falecimento do meu pai e tinha uma situação familiar a resolver. Em segundo lugar, saí de cinco meses de pressão psicológica constante. Fui ferido e passei duas vezes pela cadeia. Estava a precisar de tempo para reflectir e pensar que rumo ia dar à vida.

EXP. — Ainda tem total confiança política no presidente da UNITA?

C.M. — O presidente da UNITA continua a ser o mesmo. No próximo Congresso, se ele mudar...

EXP. — Mas tem a confiança que tinha no final de Setembro?

C.M. — Da forma como interpreto os acontecimentos, a minha confiança não diminuiu em nada.

EXP. — Mas, após a vossa detenção, as declarações de alguns dos detidos tiveram orientação diferente das de Savimbi.

C.M. — Sabemos como foram feitas as declarações em Luanda. Só quem acredita, por exemplo, no que Xanana Gusmão disse aos indonésios vai acreditar nelas. E obviamente as nossas posições tinham de ser diferentes. Não tínhamos contacto directo com a direcção, só vivíamos um problema específico.

EXP. — Mas havia deputados que na altura mantinham uma posição já bastante crítica face à direcção da UNITA.

C.M. — É mencioná-los. Não conheço...

EXP. — Norberto de Castro. Ele assumiu publicamente uma dissidência em relação a Savimbi.

C.M. — É o que ele diz. Pessoalmente, não posso dizer que seja verdade.

EXP. — Acha que a declaração dele não é genuína?

C.M. — Quando ele estiver em Portugal com os seus dois filhos, que estão em Luanda, vou entender se é um dissidente. Agora, não consigo...

EXP. — Não falou com ele sobre isso?

C.M. — Não. É óbvio que as análises que cada um faz são pessoais. Na política da UNITA, há gente com perspectivas diferentes. Mas, por exemplo, no Parlamento nunca tivemos divergências.

EXP. — A vossa tomada de posse como deputados não é feita à revelia da direcção da UNITA?

C.M. — Sem dúvida. Foi feita à revelia da direcção.

EXP. — Porque é o fizeram?

C.M. — Há um projecto claro, da segurança do Estado, de tentar desmembrar a UNITA e criar divisões. É fácil compreender como os passos e as declarações do Norberto de Castro correspondem a pontos desse documento. Dele fazia parte que os deputados da UNITA integrassem o Parlamento, para depois assumirem uma nova UNITA.

EXP. — Parece que vocês estavam a seguir essa estratégia.

C.M. — Não. Estávamos era, primeiro, a pensar a nossa situação. É difícil. Talvez as pessoas gostem de glorificar os mortos e nós possamos ter sido cobardes vivos. Mas tentámos ver quais as possibilidades. Com a opção de não tomar posse, as nossas condições de detenção iriam piorar. Por outro lado, como aliciante para a tomada de posse, foi-nos prometida a transferência dos nossos colegas que estavam na cadeia de S. Paulo. Por uma questão de solidariedade também, pensámos que talvez houvesse vantagem em assumir os lugares no Parlamento.

EXP. — Mas já antes dos acontecimentos de Luanda havia divergências na UNITA. As respostas de alguns militares vossos aos acontecimentos foram completamente diferentes.

C.M. — A resposta não foi diferente. A leitura pessoal que faço é que havia duas facções dentro do MPLA.

EXP. — E havia duas dentro da UNITA...

C.M. — Não.

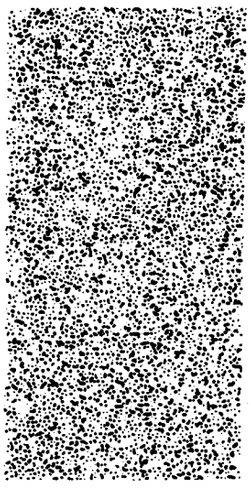
Continua na pág. 12

Continuação da pág. 11

Carlos Morgado ao EXPRESSO

«Fizemos o papel que o MPLA queria»

EXP. — Honório Van Dunem, vosso cabeça-de-lista em Luanda, pediu para ser adiada a manifestação da UNITA, marcada para o dia em que começam os confrontos. Estava a negociar por um lado e vocês por outro.



C.M. — Havia realmente opiniões divergentes. O Honório e outras pessoas diziam que não valia a pena fazermos a manifestação. Outras pessoas — e eu assumo-me como uma delas — diziam: «Façamos a manifestação».

EXP. — Vocês saíram ou não com a manifestação?

C.M. — Não saiu nenhuma manifestação.

EXP. — Sustentam que a polícia começou, pura e simplesmente, aos tiros contra vocês?

C.M. — Não. Posso dizer como é que começaram os tiros. O MPLA diz que fomos nós. Não vou discutir isso, mas houve três incidentes de tiroteio isolados. Durante a manhã, a polícia vai-se posicionando na cidade. Ao fim da manhã, estão fechadas as saídas e começam a abrir as primeiras trincheiras.

EXP. — Mas vocês tinham ocupado também uma série de bairros em Luanda. Não se podia passar em frente do Miramar [local da residência de Savimbi]...

C.M. — Toda a gente passava, incluindo os homens do MPLA. Havia realmente, é verdade, um cordão de segurança alargado.

EXP. — Mandavam-nos parar de cada vez que lá passávamos.

C.M. — Se há um cordão de segurança, é natural que mandem parar.

EXP. — Mas a vossa presença militar não foi intimidatória para a população de Luanda, que maioritariamente não era a vosso favor?

C.M. — Não é verdade. Se a UNITA tem milhares e milhares de homens que sobreviveram em Luanda, devo-o ao facto de a população nos ter protegido, mesmo quem não simpatizava connosco.

EXP. — Se o desejo do MPLA era liquidar dirigentes da UNITA, como vocês dizem, porque é que não o liquidaram a si?

C.M. — Havia, realmente, uma intenção de extermínio total das nossas pessoas. Mas, a partir do final de domingo, por razões que desconhecemos (não sei se a pressão foi interna ou externa), o MPLA começa a preservar todos os nossos elementos apanhados vivos.

EXP. — Acha que tanto Chitunda [vice-presidente da UNITA] **como Salupeto** [chefe da UNITA na CCPM] **foram deliberadamente mortos?**

C.M. — O engenheiro Salupeto foi deliberadamente morto. Não foi atingido, foi torturado. Foi-me contado por quatro portugueses refugiados no local, que viram.

EXP. — É uma versão totalmente nova.

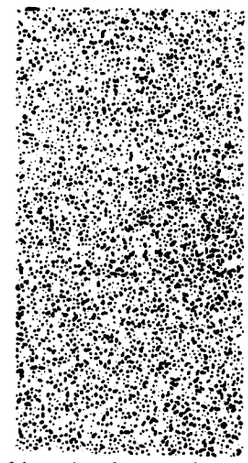
C.M. — É a razão pela qual o MPLA, até hoje, não entregou os corpos. Não quer permitir que haja uma autópsia determinando que a causa da morte do engenheiro Salupeto não são as balas mas sim a pancada que recebeu. Segundo os quatro portugueses, foi retirado do carro vivo, foi espancado, cortaram-lhe uma orelha...

EXP. — Não acha que Salupeto nesses dias estava demasiado radical?

C.M. — Há situações que têm de ser entendidas em Angola. É preciso entender o que se passa a seguir às eleições.

EXP. — A UNITA não soube perder.

C.M. — Não. A questão de saber perder ou não depende da fraude que se faz. Há muito material sobre isso, e quem estiver interessado em consultá-lo poderá encontrar coisas muito curiosas.



EXP. — Continua a sustentar que há uma conspiração do mundo contra a UNITA?

C.M. — Não acho que haja uma conspiração.

EXP. — Uma conspiração das Nações Unidas, de Margareth Anstee e dos representantes portugueses, americanos e russos.

C.M. — Não. Havia desinteresse pelo caso de Angola. Com seis mil assembleias de voto, tivemos 400 observadores, enquanto a Namíbia, com muito menos assembleias, teve 50 vezes mais. O número de observadores que está a ir para Moçambique é muito superior ao que foi para Angola.

EXP. — Mas vocês aceitaram todo o processo. Não podem agora queixar-se.

C. M. — Não fomos, sequer, o primeiro partido a reclamar contra a fraude, fomos o quinto... A sra. Anstee sabe perfeitamente que há um relatório — que penso que vai aparecer — feito pela ONU, onde se aponta a fraude eleitoral. Só que havia todos os ingredientes para dizer que o assunto estava resolvido, que não valia a pena arranjar mais confusão.

EXP. — Não parece normal que Salupeto Pena insultasse pessoas pelo telefone, inclusive representantes da CCPM.

C.M. — Eu posso estar em desacordo com isso.

EXP. — Você virava-se para os jornalistas e fazia-lhes ameaças claras.

C.M. — Não. Digam-me o nome de um jornalista que ameacei. Eu discutia com os jornalistas, é verdade...

EXP. — Por exemplo, eu [Henrique Monteiro]. Não sei se você concretizaria isso ou não.

C.M. — Qual foi a ameaça que lhe fiz?

EXP. — «Você não pode continuar a escrever assim, senão damos-lhe um tiro na cabeça.»

C. M. — Foi isso o que eu disse?

EXP. — Exactamente.

C. M. — Eu, alguma vez?! Quem é que estava presente que possa testemunhar?

EXP. — Estava o jornalista António Matos [do «Público»]. Você também lhe disse: «Você faz escutas. Isso em tempo de guerra é crime punido com fuzilamento».

C.M. — Eu nunca disse isso. Ele tinha posto textualmente o que ouvira no «motorola» e eu disse-lhe: «Atenção, isto na situação que se vive em Angola é perigoso. As pessoas vão pensar que você tem uma escuta de comunicações». Não me refiro a este incidente. Que eu possa ter feito declarações extremistas, assumo sem problema nenhum e não me arrependo: correspondiam a um tempo e a um espaço. Hoje não as faria. Acho que foram um erro, mas não recuo em relação às que fiz na altura.

EXP. — Retirarem das FAA os vossos generais. Não foi o primeiro passo para a guerra?

C.M. — Não. Ainda bem que alguns saíram de Luanda, senão estariam hoje mortos.

EXP. — Se calhar estavam aqui ao pé de si.

C.M. — Não estavam de certeza. O MPLA só deixa sair os brancos e os mulatos, não os negros. O MPLA utilizou os «ninjas», a informação, o aparelho de Estado da Segurança. O MPLA utilizou os seus argumentos, a UNITA teve que utilizar os que tinha à mão, que era a saída dos generais.

EXP. — Não acha que a UNITA fez uma campanha eleitoral excluindo camadas importantes do eleitorado?

C.M. — Do ponto de vista do programa eleitoral, a UNITA não fez as melhores opções; a estratégia não contemplaria certos pontos que, provavelmente, deveriam tê-lo sido. Aceito-o.

Continua na pág. 13

Continuação da pág. 12

Carlos Morgado ao EXPRESSO

«Fizemos o papel que o MPLA queria»

EXP. — A cultura crioula, por exemplo.

C.M. — A cultura crioula é uma das culturas que pertencem a Angola. Mas não aceitamos que seja considerada a mais importante, queremos que estejam todas ao mesmo nível. Em Janeiro, quando se massacraram os zairenses, as pessoas que iam na rua com um pano foram perseguidas, uma vez que o pano faz parte da cultura dos zairenses. Se é verdade que o conflito em Angola teve uma dimensão política até Bicesse, hoje tem também uma dimensão étnica.

EXP. — Savimbi ajudou a esse conflito com discursos como «é tempo de os homens do Sul governarem».

C.M. — Em que discurso?

EXP. — Dia 17 de Julho de 1992, na Jamba.

C.M. — E é um discurso feito para quem?

EXP. — Para a Jamba.

C.M. — Enquanto as pessoas quiserem ter ideias feitas sobre Angola, as coisas não funcionam. O discurso do presidente Savimbi no Kinaxixe, em Luanda, foi única e simplesmente dirigido aos intelectuais e aos funcionários da cidade. Mas, por exemplo, o discurso que fez no Kikolo já foi completamente diferente, abordando o problema da secundarização dos zairenses regressados. Na Jamba, a população sofreu 16 anos, e o facto de o presidente lhe dizer que, quando ganhássemos, as pessoas tinham de ter casa — mesmo que tivéssemos de a tirar a certos indivíduos — é natural, porque corresponde a uma ansiedade da população.

EXP. — Savimbi diz coisas diferentes consoante o local?

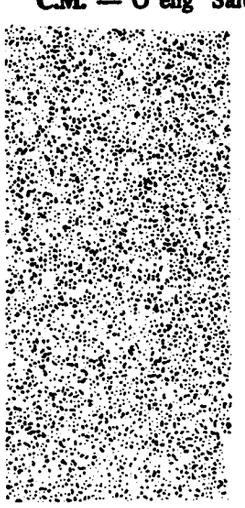
C.M. — Se estamos em campanha eleitoral, não vou para a Jamba dizer que, se ganharmos o Parlamento e se Eduardo dos Santos continuar Presidente da República, nós vamos respeitá-lo. A população da Jamba não entende isto. Mas em Luanda talvez isto fizesse sentido.

EXP. — E quando Salupeto dava ordens para matar portugueses?

C.M. — Onde está essa ordem?

EXP. — Num documento que, por acaso, até divulgámos.

C.M. — O engº Salupeto deu ordens para matar portugueses?



EXP. — Sim. Diz: «Matem os tais portugueses».

C.M. — Mas é curioso que até hoje Portugal não tenha um único nome, uma única prova de que a UNITA matasse um só português.

EXP. — Como foi o seu interrogatório?

C.M. — Foi muito simples, durou dez dias. Queriam que eu assinasse uma declaração de que fizera um golpe de estado.

EXP. — Puseram-lha à frente?

C.M. — Não. Deram-me a entender qual era o tipo de declaração. Puseram-me à frente os tais documentos e eu disse: **«Este documento não é meu, este é meu, assumo, foi feito nas circunstâncias assim e assim, etc.»**

EXP. — Quem o interrogou? Gente conhecida?

C.M. — Sim. Gente da Segurança, que conheço bem. Os gloriosos do tempo do 27 de Maio [golpe de Nito Alves, em 1977], que regressaram todos em força.

EXP. — Mas não houve tortura?

C.M. — Depende do que se entende como tortura. Nos primeiros quatro dias só tive direito a uma refeição, estive fechado numa cela onde não se consegue falar com ninguém nem apanhar sol, os ratos e as baratas passam por cima, não podia tomar banho, o calor à noite era tanto que tinha de me deitar no chão para respirar pelas frestas da porta, porque havia uma latrina dentro da cela, entupida obviamente, e não havia água. A fermentação da latrina e o ambiente fechado da cela tornavam impossível respirar. Se isto não é tortura... Mas os outros foram espancados, eu não.

EXP. — Por ser branco?

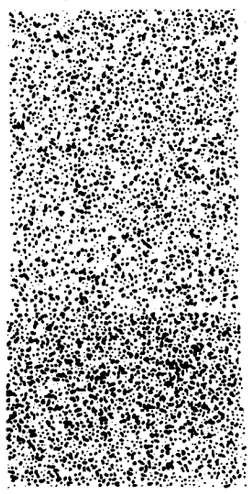
C.M. — Penso que sim. Isso conta para o MPLA. Por ser branco e por ser de Luanda. Os nossos que são naturais de Luanda não foram espancados. Especialmente se se for mestiço ou branco tem-se uma vantagem, além dessa.

EXP. — E esses dez dias foram só para você explicar os papéis e assinar?

C.M. — Não. Queriam que eu declarasse que Savimbi estava clinicamente louco, que eu lhe dava drogas para dormir com as mulheres. Aqui estava em causa a minha dignidade profissional, e eu disse que isso nunca faria.

EXP. — E ameaçaram-no por recusar?

C.M. — Não. Nunca sabia o que se ia passar na hora seguinte. Só quem lá passa pode compreender.



EXP. — Muitos dirigentes da UNITA, incluindo Savimbi, eram acusados de fumar liamba? Era isso que perguntavam?

C.M. — Nunca especificaram as drogas. Só me diziam que eu dava as drogas a Savimbi e que devia declarar isso.

EXP. — Mas é verdade que ele fuma liamba?

C.M. — Pelo que sei como médico, um fumador de liamba dificilmente é um dirigente político. Os homens da UNITA são acusados, aliás, de quase tudo... Agora, em Luanda, disseram que sofro de perturbações mentais. Chamaram-me assassino... O Honório [Van Dunem] chamou-me canalha. Insultou-me, mas não desmentiu nada do que eu disse.

EXP. — Mas era seu companheiro de bancada! Até já disse que votaram sempre todos juntos.

C.M. — E votámos. Sei o que falei com ele e ele o que falou comigo.

EXP. — Quanto aos processos da Jamba contra Tito Chigunji e Wilson dos Santos, que mais tarde Nzau Puna e Tony da Costa Fernandes denunciaram...

C.M. — Eu fiz parte da comissão de inquérito.

EXP. — É falso o que eles dizem?

C.M. — Não. Que eles morreram é verdade.

EXP. — Quem é que deu a ordem?

C.M. — Foi o Puna.

EXP. — Savimbi não deu ordem para serem abatidos?

C.M. — Não. Garanto pela minha vida. Assisti a grande parte do processo e sei o que se passou. Se o Tito e o Wilson viveram até àquele tempo, só o devem a Savimbi. A primeira pessoa que quis matá-los logo no início do processo foi o Puna.

EXP. — Não havia espancamentos na Jamba? Ninguém era chicoteado?

C.M. — Não.

EXP. — Não havia castigos corporais na Jamba?

C.M. — Havia castigo corporal, sim, para crimes de delito comum.

EXP. — E você, como fundador do núcleo da Aministia Internacional em Portugal, como encara isso?

C.M. — Uma questão é a situação de guerra que se vive. Na Jamba não havia possibilidade de haver cadeias...

EXP. — Savimbi disse que, se o deixassem vir para Lisboa, a sua mulher e a sua filha se encontrariam aqui consigo...

C.M. — Ainda não estão cá graças ao trabalho que o MPLA tem feito ao proibir a ajuda humanitária para as áreas onde nós estamos.

Continua na pág. 14

Continuação da pág. 13

Carlos Morgado ao EXPRESSO

«Fizemos o papel que o MPLA queria»

EXP. — Mas elas não estão na Jamba?

C.M. — Não.

EXP. — Se pudesse voltar atrás, mesmo convencido de que tinha havido fraude, era ou não politicamente favorável a aceitar o resultado das eleições?

C.M. — Era favorável a que se aceitassem os resultados.

EXP. — Mas houve companheiros seus que defenderam isso, e você foi uma das pessoas que se opuseram.

C.M. — É verdade. Faço essa autocrítica e digo-o claramente.

EXP. — Não foi a acção da própria UNITA, ao se radicalizar, que permitiu aos radicais do MPLA tomar o poder?

C.M. — Ponho a questão ao contrário.

EXP. — Pregaram-vos uma rasteira?

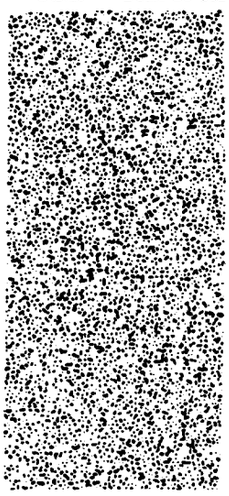
C.M. — E nós escorregámos nela. Fizemos o papel que o MPLA queria.

EXP. — Fizeram exactamente o papel que o MPLA queria que fizessem?

C.M. — Sem dúvida.

EXP. — Como vão resolver agora o problema?

C.M. — Tem de ser de forma política. Não entendo outra.



EXP. — Para que serviram, então, os combates do Huambo?

C.M. — Fomos massacrados em Luanda, no Huambo, em Malange, em Ndalatando, no Sumbe, no Dondo...

EXP. — E no Caxito, os que fugiram de vocês?

C.M. — O Caxito tem quase 100 mil habitantes, fugiram 30 mil. Os outros ficaram.

EXP. — Acha que 30 mil é pouco?

C.M. — Não. Pelo contrário.

EXP. — Os fugitivos do Caxito dizem que a UNITA matava os membros do MPLA à facada.

C.M. — Isso são os tais refugiados apresentados pelo MPLA.

EXP. — Nós chegámos até à linha da UNITA. Isso diziam refugiados que encontrámos pelo caminho.

C.M. — São refugiados que saem do Caxito obviamente fruto da propaganda do MPLA, porque é isso que é verdade.

EXP. — A verdade é que fugiu muita gente de Ndalatando para o Dondo. E muita gente do Caxito para Luanda.

C.M. — Se eu pudesse, teria fugido de Luanda. Quantos milhares de pessoas fugiram de Luanda? Ninguém as contou. É a realidade da guerra.

EXP. — Para que serviu a guerra do Huambo, se diz que há uma solução política? Foi uma vingança em relação a Luanda?

C.M. — Não foi vingança. Serviu para mostrar que é preciso encontrar uma solução em que os dois lados tenham equilíbrio. Não se pode resolver pela via militar.

EXP. — Se houver controlo adequado para uma segunda volta presidencial, vocês continuam a aceitar os resultados das legislativas?

C.M. — Sem dúvida. Era o que se tinha acordado. Agora, se vai ser esta a estratégia do partido, não sei.

EXP. — Os acordos de Bicesse continuam válidos?

C.M. — Têm pontos que continuam válidos. Mas falar hoje de Bicesse para resolver o problema de Angola é uma utopia. Bicesse tem coisas importantíssimas, como a neutralidade da polícia, a formação do exército nacional, os acantonamentos e a fiscalização das forças, mas não é suficiente, porque há factores novos. Hoje temos um factor étnico que é preciso resolver. Temos o problema da informação, que desempenhou um papel importantíssimo no desencadear da guerra, sendo talvez o que mais ódio instilou em Angola. Há o problema da desconfiança.

EXP. — Já falou com Savimbi depois de ter vindo?

C.M. — Só uma vez, para saber da minha esposa. O presidente é que me ligou para me informar dos esforços que estavam a fazer para ela vir. Não falei de assuntos políticos.

EXP. — Mas ele não quis saber qual é o seu ponto de vista político?

C.M. — Não. O presidente disse que todos os indivíduos que chegassem de Luanda não deviam ser pressionados.

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA, do Conjunto Universitário Candido Mendes. **Edição:** Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Fereira). **Apoio:** Fundação Ford. **Produção Gráfica:** Hamilton Magalhães Neto e Rodilson Gonçalves de Sá. – Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): **Sociedade Brasileira de Instrução/Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 – 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. – Tel. (021)531-2636 e 531-2000/R. 259, Fax (021)531-2155 – Assinatura anual:** *Instituições internacionais*: US$ 250.00; *Instituições nacionais*: US$ 200.00; *Pesquisadores*: US$ 100.00 – *We ask for exchange*

ASSEMBLÉIA
BRASIL
$ 25315,00
CORREIO
M. 14099

P1

IMPRESSO